

Como governar sete bilhões de pessoas?

por Leonardo Boff



Problemas sistêmicos como o aquecimento global, a escassez de água potável, a má distribuição dos alimentos, a crise econômico-financeira e as guerras estão demandando uma governança global.

Tratamos já do desafio de como alimentar sete bilhões de pessoas. A escalada da população humana é crescente: em 1802, éramos um bilhão; em 1927, dois bilhões, em 1961, três bilhões, em 1974, quatro bilhões, em 1987, cinco bilhões, em 1999, seis bilhões e, por fim, em 2011, sete bilhões. Em 2025, se o aquecimento abrupto não ocorrer, seremos oito bilhões, em 2050, nove bilhões e em 2070, dez bilhões. Há biólogos, como Lynn Margulis e Enzo Tiezzi, que veem nesta aceleração um sinal do fim da espécie à semelhança das bactérias, quando colocadas num recipiente fechado (cápsula Petri). Pressentindo o fim, os nutrientes se multiplicam exponencialmente e então subitamente todas morrem. Seria a última florada do pessegueiro antes de morrer?

Independentemente desta ameaçadora questão temos o instigante desafio: como governar sete bilhões de pessoas? É o tema da governança global, quer dizer, um centro multipolar com a função de coordenar democraticamente a coexistência dos seres humanos na mesma pátria e casa comum. Esta configuração é uma exigência da globalização, pois esta implica o entrelaçamento de todos com todos dentro de um mesmo e único espaço vital. Mais dia menos dia, uma governança global vai surgir, pois é uma urgência impostergável para enfrentar os problemas globais e garantir a sustentabilidade da Terra.

A ideia em si não é nova. Como pensamento, estava presente em Erasmo e em Kant mas ganhou seus primeiros contornos reais com a Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, e definitivamente depois da Segunda Guerra Mundial, com a ONU. Esta não funciona por causa do veto antidemocrático de alguns países que inviabilizam qualquer encaminhamento global contrário a seus interesses. Organismos como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, da Saúde, do Trabalho, das Tarifas, do Comércio (GATT) e a Unesco expressam a presença de certa governança global.

Atualmente, o agravamento de problemas sistêmicos como o aquecimento global, a escassez de água potável, a má distribuição dos alimentos, a crise econômico-financeira e as guerras estão demandando uma governança global.

A Comissão sobre Governança Global da ONU a define como “a soma das várias maneiras de indivíduos e instituições, públicas e privadas, administrarem seus assuntos comuns e acomodarem conflitos e interesses diversos de forma cooperativa. Envolve não só relações intergovernamentais, mas também organizações não governamentais, movimentos de cidadãos, corporações multinacionais e o mercado de capitais global” (veja o respectivo site da ONU na internet).

Esta globalização se dá também em nível cibernético, feita por redes globais, uma espécie de governança sem governo. O terrorismo provocou a governança securitária nos países ameaçados. Há um governança global perversa que podemos chamar de governança do poder corporativo mundial feita pelos grandes conglomerados econômico-financeiros que se articulam de forma concêntrica até chegar a um pequeno grupo que controla cerca de 80% do processo econômico. Isso foi demonstrado pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH) que rivaliza em qualidade com o MIT e entre nós divulgada pelo economista da PUC-SP, Ladislau Dowbor. Esta governança não se dá muito a conhecer e, a partir da economia, influencia fortemente a política mundial.

Estes são os conteúdos básicos de uma governança global sadia: a paz e a segurança, evitando o uso da violência resolutiva; o combate à fome e à pobreza de milhões; a educação acessível a todos para serem atores da história; a saúde como direito humano fundamental; moradia minimamente decente; direitos humanos pessoais, sociais, culturais e de gênero; direitos da Mãe Terra e da natureza, preservada para nós e para as futuras gerações.

Para garantir estes mínimos, comuns a todos os humanos e também à comunidade de vida, precisamos relativizar a figura dos Estados nacionais que tendencialmente vão desaparecer em nome da unificação da espécie humana sobre o planeta Terra. Como há uma só Terra, uma só Humanidade, um só destino comum, deve surgir também uma só governança, una e complexa, que dê conta desta nova realidade planetizada e permita a continuidade da civilização humana.

Publicado originalmente na Revista Fórum.